



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 674375 - DF (2021/0187680-5)**

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS  
**PACIENTE** : G H S R DE B (INTERNADO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de G. H. S. R. DE B. em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (*Habeas Corpus* Criminal n. 0710021-90.2021.8.07.0000).

O paciente foi internado pela suposta prática do ato infracional análogo ao crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006 (tráfico de drogas).

A impetrante sustenta ausência de proporcionalidade na internação provisória decretada, uma vez que o ato infracional praticado pelo paciente não configura a violência e a grave ameaça necessárias à determinação da medida socioeducativa de internação.

Requer, liminarmente, a concessão da ordem de habeas corpus, a fim de que o paciente possa aguardar, em liberdade, o julgamento deste feito. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que o adolescente aguarde solto o encerramento do procedimento em primeiro grau.

O Ministro Relator solicitou informações à Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, as quais foram prestadas às fls. 178-183.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 162):

De fato, da folha de antecedentes infracionais do paciente constam anteriores anotações por tráfico de drogas (duas vezes), roubos circunstanciados (duas vezes), além de ameaça e uso de drogas, sendo que já lhe foram impostas as medidas socioeducativas de liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade e semiliberdade, bem como há notícias de internação provisória anterior, lhe tendo sido concedida remissão apenas pelos atos infracionais de uso de drogas e ameaça.

Verifica-se, ademais, que o paciente praticou os atos em exíguo espaço de tempo, de 30/1/2020 a 31/3/2021, indicando que, assim que era libertado, voltava à prática de atos delituosos, razão pela qual está a merecer maior rigor do estado como resposta aos seus atos.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente